

Competência em informação e inovação social: a interdisciplinaridade em foco

Information literacy and social innovation: interdisciplinarity in focus

Alessandra de Souza Santos

Doutoranda em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento pela Universidade FUMEC, MG, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6386-4864>

E-mail: alessandra@mpmg.mp.br

Luiz Cláudio Gomes Maia

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, MG, Brasil; Professor da Universidade FUMEC, MG, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2568-6067>

E-mail: luiz.maia@fumec.br

Marta Macedo Kerr Pinheiro

Pós-doutora em Ciência da Informação e da Comunicação pela Universidade Paul Sabatier/IUT/Toulouse III, França; Professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, MG, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5592-3396>

E-mail: martakerr@gmail.com

Resumo

O presente artigo propõe-se a analisar os conceitos de inovação social e de competência em informação, tendo em vista o caráter interdisciplinar de ambos, para ressaltar semelhanças existentes nas duas temáticas. A inovação social visa à transformação social por meio de mudanças nas práticas sociais, o que implica interdisciplinaridade por abordar as formas com que a sociedade se transforma nas mais distintas áreas. Já a competência em informação é uma meta-competência capaz de auxiliar o indivíduo a lidar com necessidades informacionais específicas de cada contexto em uma sociedade informacionalmente assimétrica. A competência em informação é considerada cerne da aprendizagem ao longo da vida e essencial para o pleno desenvolvimento humano em todas as suas dimensões, devendo ser desenvolvida de forma transversal em todas as disciplinas e contextos. Conclui-se pela interdisciplinaridade tanto no campo da inovação social quanto na competência em informação, de forma a se sugerir estudos futuros que foquem na correlação entre as duas disciplinas à luz da interdisciplinaridade, já que ambas se propõem a resolver problemas sociais contemporâneos.

Palavras-chave: Aprendizagem ao longo da vida. Assimetria informacional. Interdisciplinar. Inclusão social.

Abstract

This article aims at analyzing the concepts of social innovation and information literacy, considering the interdisciplinary character of both disciplines, in order to highlight similarities that exist in the two themes. Social innovation aims at social transformation by means of generating changes in social practices, what implies interdisciplinarity since it addresses the ways in which society is transformed in the most diverse areas. Information literacy is a meta-competence capable of helping the individual to deal with information needs, which are specific to each context in an informationally asymmetric society. Information literacy is at the heart of lifelong learning and it is essential for full human development in all its dimensions. Thus, information literacy must be developed across all disciplines and contexts. One concludes that there is interdisciplinarity not only in the field of social innovation but also in the field information literacy, so that one can suggest future studies that focus on the correlation between the two disciplines in the light of interdisciplinarity, since both are intended to solve contemporary social problems.

Keywords: Lifelong learning. Informational asymmetry. Interdisciplinary. Social inclusion.

1. Introdução

A efetivação de direitos sociais fundamentais perpassa a compreensão de mundo dos detentores desses direitos, assim como necessita cada vez mais de soluções inovadoras que agilizem e concretizem essa efetividade. A sociedade da informação sinaliza uma profunda transformação na forma como o mercado econômico opera (CALLON, 2007), de maneira que o poder é cada vez mais definido a partir do controle sobre o imaterial e o intangível de indivíduos e coletivos, bem como sobre os meios por onde estes conhecimentos e informações circulam (ALBAGLI; MACIEL, 2011). Essa mudança tem levado a uma brecha informacional que vai além do simples acesso à informação, uma vez que a capacidade de processar a informação não é compartilhada equitativamente (CANIVENC, 2012) e tem gerado em grande escala grupos afetados ou grupos “órfãos” (CALLON, 2007), vulneráveis e deixados à margem da inovação tecnológica e, portanto, da participação plena na sociedade. A emergência das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e da transformação digital também promoveram impactos significativos na sociedade, alterando as formas de produção e interação com a informação (BELLUZZO, 2019). No mesmo sentido, a disciplinaridade, divisão do conhecimento em disciplinas, tendeu a concentrar conhecimento em grupos herméticos, não contribuindo para a solução de problemas complexos gerados pelas transformações desencadeadas pela sociedade contemporânea (PINTO *et al.*, 2019).

Nesse contexto desafiador de assimetria informacional e educacional, para que ocorra a criação, promoção e difusão de uma economia informacional, a competência em informação ganha relevância ao permitir o desenvolvimento de habilidades para a busca, acesso, análise e uso de informações de maneira crítica e analítica como um processo emancipatório para reduzir assimetrias e vulnerabilidades, como fator de inovação social. Na esteira de Alvarenga *et al.* (2011), para quem o ensino interdisciplinar promove a inovação social; da Declaração de Praga (UNESCO, 2003) e de declarações subsequentes sobre a competência em informação, que têm por princípio o desenvolvimento de programas interdisciplinares para desenvolver a competência em informação, o presente artigo analisa os conceitos relacionados à interdisciplinaridade, inovação social e competência em informação e propõe uma reflexão sobre o caráter interdisciplinar da inovação social e também da competência em informação, por meio da análise de seus marcos teóricos disciplinares, ressaltando semelhanças existentes nessas duas áreas temáticas de pesquisa.

Essas questões serão analisadas através de revisão de literatura narrativa dentro do escopo de pesquisa de Doutorado em andamento, cuja principal questão norteadora é como são percebidas as experiências referentes à competência em informação como fator de promoção de inovação social na busca pela inclusão social no sistema de Justiça.

2. A interdisciplinaridade e a inovação social

A divisão do conhecimento em disciplinas, movimento que teve seu apogeu no fim do séc. XIX, foi uma estratégia usada para facilitar a transferência de conhecimento (PINTO *et al.*, 2019). Essa disciplinaridade, segundo Bernstein (2014, p. 248, tradução nossa), corresponde à “compartimentação da pesquisa acadêmica, trabalho e comunicação em unidades burocráticas”. Paradoxalmente, o avanço decorrente desse conhecimento não promoveu a qualidade de vida esperada, demonstrando assim o limite disciplinar imposto pelos desafios contemporâneos. Para lidar com esses desafios, a adoção de abordagens interdisciplinares pode ser uma alternativa (PINTO *et al.*, 2019) na busca pela retotalização dos saberes (LEFF, 2011). Para Bernstein (2014), a interdisciplinaridade busca analisar, sintetizar e alinhar os vínculos entre as disciplinas em um todo coordenado e coerente, enquanto que a transdisciplinaridade almeja uma total reconstrução do conhecimento disciplinar em novas formações que abordem todos os ângulos e dimensões de um dado problema, com o envolvimento de conhecimentos provenientes de meios acadêmicos e não-acadêmicos. Entretanto, para Domingues (2005), a transdisciplinaridade é utópica, o que coloca em foco, então as abordagens interdisciplinares.

Diferentes autores apresentaram conceituações distintas acerca da interdisciplinaridade. Segundo Coimbra (2000), a interdisciplinaridade consiste em duas ou mais disciplinas que estabelecem vínculos e possuem objetivos e metodologias comuns, em que o resultado é mais do que a soma das partes, com a criação de novo conhecimento ou perspectiva do ponto de vista epistemológico, mesmo com a criação de novas disciplinas. Para Leff (2011, p. 311), a interdisciplinaridade implica um “processo de inter-relação de processos, conhecimentos e práticas que transborda e transcende o campo da pesquisa e do ensino no que se refere estritamente às disciplinas científicas e a suas possíveis articulações”. O documento final do Congresso Internacional “Que universidade para o amanhã? Em busca de uma evolução transdisciplinar da universidade” realizado em 1997 na Suíça, propõe que a ambição da interdisciplinaridade é a transferência de métodos de uma disciplina a outra, podendo ocorrer em três graus, a aplicação direta de métodos; o grau epistemológico, em que a transferência de

métodos influencia o conhecimento da outra disciplina em um nível epistemológico; e a geração de novas disciplinas (SOMMERMAN, 2008; NICOLESCU, 2018).

Segundo Domingues (2005), as características de pesquisas interdisciplinares são a cooperação de diferentes campos disciplinares para a solução de problemas específicos, com o compartilhamento de metodologias e a eventual fusão de campos disciplinares e geração de novas disciplinas, tais como a biofísica, bioquímica e bioinformática. Nesse sentido, Coimbra (2000) acrescenta que a interdisciplinaridade pode ser aplicada ao campo do trabalho, uma vez que as instituições também não são autossuficientes e precisam umas das outras, para realizarem seus objetivos sociais. Complementarmente, Alvarenga, Sommerman e Alvarez (2005) advertem que o próprio pesquisador que pretende alcançar uma atitude interdisciplinar é quem deve aproximar-se das bordas disciplinares e descobrir inter-relações possíveis, uma vez que entre as fronteiras disciplinares não existem espaços vazios.

Para Moulaert, MacCallum e Hillier (2014), a inovação social pode ser um motor da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade naquelas investigações científicas cujas posturas epistemológicas e metodológicas estão em contínuo desenvolvimento, uma vez que essa inovação aborda a forma como a sociedade evolui. O conceito de inovação social surgiu com Taylor (1970) (CLOUTIER, 2003; SANTOS, 2012; OLIVEIRA, 2019), sendo uma terminologia polissêmica (PHILLIPS *et al.*, 2015) e multidimensional (MOULAERT *et al.*, 2005), que tem passado por várias formulações, tendo por base comum a busca por beneficiar os seres humanos antes de tudo, em contraponto às noções econômicas tradicionais sobre inovação (BIGNETTI, 2011). Para Cajaiba-Santana (2014, p. 44, tradução nossa), a inovação social corresponde a “novas práticas sociais criadas a partir de ações coletivas, intencionais e orientadas a metas que objetivam o estímulo à mudança social pela reconfiguração de como os objetivos sociais são alcançados”. Segundo André e Abreu (2006), a inovação social pode ser compreendida como uma resposta nova e socialmente reconhecida que visa e gera transformação social, compreendendo: (i) a satisfação de necessidades humanas não satisfeitas pelo mercado; (ii) a promoção da inclusão social; e (iii) a capacitação de agentes ou atores sujeitos a processos potenciais ou efetivos de exclusão/marginalização social, com consequente mudança (mais ou menos intensa) das relações de poder.

De Muro *et al.* (2007), baseados em trabalhos de Mulaert e colaboradores, definiram a inovação social como sendo a interação entre estratégias para satisfazer necessidades humanas básicas e inovação nas relações sociais, em especial em questões de governança. Callon (2007,

p. 18) complementa que a inovação social, assim como a própria inovação característica das sociedades modernas, “nasce no coração das atividades econômicas e tecnológicas”, representando uma possibilidade de estabelecimento de novos tipos de instituições políticas em decorrência das necessidades sociais derivadas da atividade econômica. No mesmo sentido, o consórcio de pesquisa denominado *Theoretical, Empirical and Policy Foundations for Social Innovation in Europe* (TEPSIE) define inovação social como sendo novas abordagens, sociais em meios e finalidades, que visam atender às necessidades sociais, mobilizando beneficiários e mudando relações sociais, com o objetivo de melhorar o acesso ao poder e a recursos.

Moulaert, MacCallum e Hillier (2014) enfatizam que os conceitos de inovação social envolvem uma preocupação com a condição humana, o que significa que a inovação social não pode ser separada de seu contexto sociocultural ou sociopolítico. Importa salientar que, por se manifestar por meio de processos que visam mudanças na dinâmica das relações e práticas sociais, inclusive nas relações de poder, e não por meio de artefatos tecnológicos, a inovação social não necessariamente tem que ser uma novidade, mas sim uma mudança que envolva mecanismos que funcionam ou sejam considerados boas alternativas do ponto de vista da inclusão social (MOULAERT *et al.*, 2005; BERTIN; LEITE; PEREIRA, 2009; TEPSIE, 2014).

Cajaiba-Santana (2014) afirma que há a falta de um paradigma unificador nos estudos sobre a inovação social e que se encontra literatura sobre o tema em diferentes áreas, tais como o desenvolvimento urbano e regional, políticas públicas, psicologia social e gestão social. Segundo André e Abreu (2006), a inovação social limitava-se aos domínios da aprendizagem (ensino e formação) e do emprego (organização do trabalho) entre os anos 1960 e 1980. A partir dos anos 1980, a inovação social também foi relacionada ao campo das políticas sociais e do ordenamento do território, associada a processos institucionais desenvolvidos por agentes dominantes. Moulaert *et al.* (2005), objetivando caracterizar a inovação social como um campo disciplinar, relacionaram a inovação social às áreas da gestão, da relação entre economia, sociedade e ambiente (incluindo-se a responsabilidade social), da arte e criatividade, do desenvolvimento territorial, da ciência política e da administração pública.

Edwards-Schachter e Wallace (2017) encontraram 252 definições para inovação social, verificando que o conceito de inovação social evoluiu lentamente de áreas acadêmicas como a sociologia, a gestão e a psicologia comunitária para outras áreas, tais como criatividade, estudos territoriais, ambientais, políticos e de desenvolvimento, ganhando uma maior visibilidade. De Muro *et al.* (2007) identificou quatro domínios em que ocorre a inovação social nas ciências

sociais contemporâneas: gestão, com objetivo de melhoria do capital social para um melhor funcionamento da organização; uma combinação de práticas de gestão e pesquisa das relações complexas entre sucesso empresarial, progresso social e ambiental; as artes e ciências da criatividade, envolvendo o papel da inovação social na criação intelectual e social; e o desenvolvimento territorial. Ademais, no estudo bibliométrico realizado por van der Have e Rubalcaba (2016), o conceito de inovação social foi associado à Psicologia Comunitária, às pesquisas sobre criatividade, aos desafios sociais e societários e ao desenvolvimento local.

Conforme Moulaert *et al.* (2017), o termo inovação social tem sido adotado desde o início dos anos 2000 em documentos e políticas nacionais e internacionais, figurando em destaque em diversos programas para combater a pobreza, superar exclusão social, emancipar minorias, etc. Um exemplo é o Programa da Estratégia Europa 2020 *Innovation Union*, que visa tornar a Europa a região líder mundial em inovações sociais para enfrentar desafios como, por exemplo, mudanças climáticas, envelhecimento da população, sustentabilidade e segurança (BEPA, 2010). Moulaert *et al.* (2017) também citam o exemplo da Agenda do Milênio, que desenvolveu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), oito grandes objetivos globais assumidos pelos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) até 2015 e que visavam erradicar a extrema pobreza e a fome, universalizar a educação primária, promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade na infância, melhorar a saúde materna, combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças, assegurar a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (ROMA, 2019). Howaldt, Domanski e Kaletka (2016) citam ainda o Projeto *Social Innovation: Driving Force of Social Change* (SI-DRIVE), custeado pela União Europeia, que abordou as seguintes áreas de atuação: educação, emprego, meio ambiente e mudança climática, energia, transporte e mobilidade, saúde e seguridade social e redução da pobreza.

Na visão de Dagnino (2006), o próprio conhecimento ganha status de inovação social. Albagli (2006), no mesmo sentido, reconhece a importância do conhecimento implícito e tácito para promover padrões de desenvolvimento mais sustentáveis, em termos sociopolíticos, econômicos e ambientais. Albagli e Maciel (2011) destacam ainda a centralidade da inovação social nos processos intangíveis de informação e conhecimento e nas tecnologias, uma vez que a dimensão político-econômica está inextricavelmente imbricada nas relações entre informação e poder na sociedade contemporânea. Portanto, a inovação social significa a transição de uma economia do conhecimento para uma sociedade do conhecimento, em que o valor produzido pelo conhecimento é amplamente partilhado tanto material quanto imaterialmente

(HARRISSON; KLEIN, 2007), sendo essencial que o indivíduo seja competente em informação, para se inserir efetivamente nessa sociedade, uma vez que a difusão da informação não leva necessariamente à difusão do conhecimento, em razão da desigualdade da capacidade de processar a informação (CANIVENC, 2012).

3. Competência em informação

A competência em informação é cerne da aprendizagem ao longo da vida (UNESCO, 2013) e uma meta-prática incorporada em todas as outras práticas, que deve ser integrada a todas as disciplinas (LLOYD, 2010). Para Righetto e Vitorino (2020), a vulnerabilidade em informação deve ser tratada como categoria política e social, alocada no cerne de crises contemporâneas, principalmente em um contexto de assimetrias de conhecimento, tecnologia e inovação. No mesmo sentido, segundo Bertin, Leite e Pereira (2009), o acesso à informação proporciona a capacidade de transformação social dos indivíduos, pois permite que o seu potencial de aprendizagem seja alavancado, pois “as dinâmicas de informação, de conhecimento e de aprendizagem precisam ser entendidas como indissociáveis das estratégias de desenvolvimento e de inovação social” (BERTIN; LEITE; PEREIRA, 2009, p. 2-3). Righetto e Vitorino (2020) correlacionam, portanto, os princípios da inovação social e a competência em informação nas questões de igualdade no acesso à educação, acesso universal à informação e diminuição das desigualdades sociais, liberdade de expressão e promoção de valores multiculturais e promoção de valores éticos.

A competência em informação (*information literacy*) é um termo que surgiu por volta dos anos 1970, tendo sido formalmente reconhecido nos trabalhos de Zurkowski (1974), Burchinal (1976) (BEHRENS, 1994; LOMBARD, 2010; WHITWORTH, 2014) e Hamelink (1976) (BEHRENS, 1994; WHITWORTH, 2014). Esses autores representam três tradições distintas no estudo da competência em informação, sendo Zurkowski um representante da abordagem da gestão do conhecimento; Burchinal, um representante da abordagem educacional, tradições prevalentes; e Hamelink, um representante da abordagem transformacional (WHITWORTH, 2014), voltada para a emancipação política com base em Freire (1987), e que considerou a competência em informação não como um conjunto de habilidades ou capacidades genéricas, mas uma meta-competência capaz de emancipação do indivíduo por meio da prática voltada às necessidades informacionais específicas de cada contexto (WHITWORTH, 2014). A evolução dos conceitos consta no quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Evolução dos conceitos teóricos sobre competência em informação.

Década	Conceitos de Coinfo	Principais Autores
1970-1979	<ul style="list-style-type: none"> • Ênfase na importância da informação para a sociedade, em um contexto percebido de crescimento informacional exponencial; • Ênfase no uso ou aplicação da informação e de ferramentas informacionais para a solução de problemas; • Ausência de uma definição sobre habilidades necessárias para ser competente em informação. 	Zurkowski (1974); Burchinal (1976); Hamelink (1976); Owens (1976); Taylor (1979)
1980-1989	<ul style="list-style-type: none"> • Foco nas novas tecnologias de informação; • Definição das habilidades informacionais e de pensamento crítico de ordem superior; • As bibliotecas passam a não ser consideradas o único local em que se desenvolve a competência em informação; • Pré-requisito para uma cidadania ativa e responsável, pela aquisição de habilidades para aprendizagem independente e autônoma por toda a vida em todas as esferas da vida; • Deve ser ensinada ao longo do currículo das diversas disciplinas e não como disciplina isolada. 	Breivik (1987); Kulthau (1987); ALA (1989); Breivik e Gee (1989)
1990-1999	<ul style="list-style-type: none"> • Busca de uma fundamentação teórica e metodológica para a competência em informação e surgimento de diversos neologismos relacionados, pois o conceito está em constante evolução, já que deve ser compreendido com base em um contexto econômico, social, cultural e político; • Implantação de programas em bibliotecas universitárias, com a valorização do trabalho cooperativo com docentes e administradores; • Ênfase na integração curricular da competência em informação e na cooperação com a comunidade; • Busca e uso da informação como processo cognitivo na resolução de problemas, por meio do pensamento crítico e criativo; • Compreensão da competência em informação como fenômeno resultante de diversas experiências informacionais. 	Breivik (1991); Kulthau (1993); Behrens (1994); Candy <i>et al</i> (1994); Doyle (1994); Rader (1995); Bruce (1997); Eisenberg (1998); Huston (1999)
2000-2009	<ul style="list-style-type: none"> • Sem sentido continuar a se debater em busca de um único conceito de competência em informação, uma vez que há variação de elementos culturais e estruturais em diferentes contextos; • O conceito não se restringe à definição instrumental das habilidades que os indivíduos devem possuir; mas deve ir além para incluir uma dimensão crítica que permitirá sua compreensão como fenômeno culturalmente fundamentado com base na forma como as comunidades constroem sua interpretação da realidade; • O conceito de competência em informação deve ultrapassar o pensamento crítico e englobar a aprendizagem ao longo da vida. 	Norgaard (2003); Virkus (2003); Owusu-Ansah (2005); Ward (2006)
2010-2013	<ul style="list-style-type: none"> • Perspectivas de competência em informação: como um conjunto de habilidades, uma forma de pensar ou um fenômeno social (ADDISON; MEYERS, 2010); • Perspectivas de competência em informação: genérica, situada e transformativa (LUPTON; BRUCE, 2010); • Necessidade de ampliar a definição e o ensino de competência em informação para englobar metacompetência (MACKEY; JACOBSON, 2011); • Perspectivas de competência em informação: fenomenográfica, sociocultural e baseada na análise do discurso foucaultiana (focada nas relações de poder na sociedade) (LIMBERG; SUNDIN; TALJA, 2012). 	Bruce e Hughes (2010); Lloyd (2010); Lupton e Bruce (2010); Mackey e Jacobson (2011); Limberg, Sundin e Talja (2012); Addison e Meyers (2013);

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Behrens (1994); Dudziak (2003); Pinto, Cordón e Díaz (2010); Tewell (2015) e Sample (2020).

É possível observar que a conceituação teórica de competência em informação evoluiu de uma ênfase mais instrumental para perspectivas que consideram o uso da informação como

sendo um fenômeno social relacional, dependente do contexto. Corrêa e Castro Júnior (2018) analisam que, do ponto de vista epistemológico, o estudo da competência em informação evoluiu de uma abordagem centrada no indivíduo, com foco nos processos de aprendizagem e em teorias cognitivistas, para uma abordagem sociológica, pautada em interações sociais em comunidades discursivas. Ao abordar a competência em informação, Lloyd (2010), enfatiza o fato de ela ser entrelaçada à educação, visto que é prática sociocultural presente na educação, no trabalho e no cotidiano dos indivíduos, por ser uma “meta-prática embutida em todas as outras práticas” (LLOYD, 2010, p. 15, tradução nossa). Isso significa a necessidade de ser compreendida dentro de um contexto social, uma vez que permite que indivíduos novatos em um determinado contexto social se envolvam com as informações e conhecimentos tacitamente reconhecidos como legítimos por membros de determinada comunidade. A experiência informacional permitirá a formação de uma identidade reconhecível e aceitável que reflita o conhecimento sobre a prática da forma como é entendida pela comunidade, sendo que algumas formas de informação e maneiras de saber são legitimadas, outras contestadas (LLOYD, 2010; WENGER, 2019; LAVE; WENGER, 2019). Lloyd (2010) argumenta que nessa concepção, a transferência de conhecimentos não é feita de forma automática, mas situada dentro do contexto. Tuomi-Gröhn (2003) afirma que teorias situadas, em que a aprendizagem ocorre por meio da participação de especialistas experientes em atividades significativas (LAVE; WENGER, 2019), não são adequadas para situações de inovação em que se enfrentam mudanças profundas, pois é comum que não se tenha soluções para os problemas encontrados.

Dessa forma, compreende-se a aprendizagem expansiva, baseada na Teoria da Atividade, como sendo mais ampla, pois ela envolve a negociação, intercâmbio e ressignificação de saberes, por meio da interação entre sistemas de atividades, cujas novas contribuições podem fornecer ângulos novos sobre a resolução do problema (TUOMI-GRÖHN, 2003) e englobar inovações sociais. A Teoria da Atividade é uma estrutura que relaciona as atividades humanas aos seus contextos sociais, fornecendo uma linguagem para dar sentido a atividades complexas em contextos culturais e históricos (HALL; CRUICKSHANK; RYAN, 2018).

A Teoria da Atividade como abordagem teórica se fundamenta na área de Psicologia Cognitiva e corresponde a uma teoria de aprendizagem subjacente à competência em informação, uma vez que, segundo Hall, Cruickshank e Ryan (2018), a Teoria da Atividade é uma ferramenta adequada para a pesquisa sobre competência em informação como uma prática social mediada por tecnologia. A Teoria da Atividade é uma abordagem interdisciplinar

proveniente da psicologia sócio-histórica e cultural russa, iniciada nos anos 1920 e 1930 por Vygostky, Luria Leontyev (QUEROL; CASSANDRE; BULGACOV, 2014; ENGESTRÖM; MIETTINEN, 2007), e teve início com estudos sobre o desenvolvimento infantil, tendo se expandido para os estudos de atividades de trabalho, tais como serviços bancários, de saúde, trabalho legal, agricultura, aprendizagem organizacional e interação entre humanos e computadores (CLEMMENSEN; KAPTELININ; NARDI, 2016; QUEROL; CASSANDRE; BULGACOV, 2014). Essa variedade de aplicações também demonstra a vocação interdisciplinar da competência em informação, ao inter-relacionar e coordenar saberes de outras áreas disciplinares.

Ademais, essa evolução do conceito de competência em informação também pode ser visualizada nos principais marcos políticos da temática, enfatizando-se que a Declaração de Praga (UNESCO, 2003) inclusive cita expressamente a importância da adoção de uma abordagem interdisciplinar conforme quadro 2 abaixo.

Quadro 2 – Histórico dos principais marcos políticos da competência em informação¹.

Marcos	Princípios	Principais Recomendações
Declaração de Praga (UNESCO, 2003)	<ul style="list-style-type: none"> • A competência em informação engloba o conhecimento das necessidades informacionais e a capacidade de identificar, localizar, avaliar, organizar e criar, usar e comunicar informações de forma eficaz para solucionar problemas. • Pré-requisito para a participação efetiva na sociedade da informação, é preocupação de todos os setores da sociedade (<i>lifelong learning</i>). • Direito humano básico, deve ser adaptada às necessidades e contextos específicos, sendo determinante na redução das desigualdades e na promoção da tolerância. • <u>Os governos devem desenvolver programas interdisciplinares para promover a competência em informação visando eliminar a exclusão digital.</u> 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo do Relatório da Conferência de Praga, suas recomendações, planos estratégicos e iniciativas de pesquisa implementados. • Realização de Congresso Internacional de Competência em Informação no primeiro semestre de 2005, para avaliar o progresso e as oportunidades de implementação do presente relatório. • Inclusão da competência em informação na Década das Nações Unidas para a Alfabetização (2003-2012).
Declaração de Alexandria (IFLA, 2005)	<ul style="list-style-type: none"> • Compreende as habilidades para reconhecer as necessidades de informação e localizar, avaliar, aplicar e criar informação em contextos culturais e sociais. • É crucial para a vantagem competitiva de indivíduos, empresas, regiões e nações. • Base para o acesso, uso e criação de conteúdo para apoiar todos os aspectos das sociedades contemporâneas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de profissionais nos princípios e práticas de competência em informação e aprendizagem ao longo da vida. • Inclusão na educação inicial e contínua e na formulação e gestão de políticas governamentais. • Fomento à criação de programas para aumentar a empregabilidade e as capacidades empresariais de mulheres

¹ A UNESCO, após 2011, passou a usar a terminologia competência em mídia e informação (*media and information literacy* – MIL). O quadro mantém a tradução literal nas declarações, entretanto, no presente artigo, considera-se a competência em informação como meta-competência (MACKEY; JACOBSON, 2014), que também abarca a fluência em imagens (competência visual), tecnologias de informação, comunicação (competência digital), mídias (competência midiática), dentre outras (LLOYD 2010; PINTO; CORDÓN; DÍAZ, 2010; WHITWORTH, 2014; MACKEY; JACOBSON, 2014).

	<ul style="list-style-type: none"> • Abrange não só domínio de tecnologias, mas aprendizado, pensamento crítico e habilidades interpretativas além das fronteiras profissionais, capacitando indivíduos e comunidades. 	<p>e de grupos desfavorecidos (imigrantes, subempregados e desempregados).</p>
Declaração de Fez (UNESCO, 2011)	<ul style="list-style-type: none"> • Reafirmação da competência em mídia e informação como direito humano fundamental. • Destaque ao papel crítico que a competência em mídia e informação desempenha na construção de uma cultura de paz e de diálogo intercultural, melhora da qualidade de vida humana, do desenvolvimento sustentável e da cidadania. • Desenvolvimento social, econômico e cultural, com a participação ativa de todos na sociedade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento das culturas locais para o diálogo intercultural, conhecimento e compreensão mútuos. • Integração nos currículos dos sistemas de educação formal, não formal, no treinamento de docentes e expansão de redes em todos os níveis. • Inclusão da produção e distribuição de conteúdo gerado pelo usuário, especialmente jovens.
Declaração de Maceió (2011)	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos para acesso, uso, avaliação e comunicação são insuficientes para atender às demandas da cidadania na sociedade mediada pela informação. Em decorrência, a formação para o desenvolvimento da competência em informação visa atender a essas demandas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação para o desenvolvimento humano e profissional, o exercício da cidadania e o aprendizado ao longo da vida. • Parcerias para ações estratégicas e políticas públicas educacionais.
Declaração de Moscou (UNESCO; IFLA, 2012)	<ul style="list-style-type: none"> • A competência em mídia e informação é pré-requisito para o desenvolvimento sustentável de sociedades do conhecimento abertas, plurais, inclusivas e participativas e das instituições cívicas, organizações, comunidades e indivíduos que compõem essas sociedades. • Combinação de conhecimentos, atitudes, habilidades e práticas necessárias para acessar, analisar, avaliar, usar, produzir e comunicar informações e conhecimento de maneiras criativas, legais e éticas que respeitem os direitos humanos. • Vai além das tecnologias de informação e comunicação, abrangendo aprendizagem, pensamento crítico e habilidades interpretativas além das fronteiras profissionais, educacionais e sociais, sustentando habilidades essenciais na Sociedade da Informação. • Divisão digital permanece significativa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento de que a competência em mídia e informação é essencial para o bem-estar e o progresso do indivíduo, da comunidade, da economia e da sociedade civil. • Promoção da competência em mídia e informação em todas as políticas nacionais de educação, cultura, informação, mídia e outras. • Priorização do apoio a redes e investimento em capacitação docente. • Desenvolvimento de métricas de avaliação. • Promoção e proteção aos direitos à liberdade de expressão, liberdade de informação, direito à privacidade e confidencialidade, princípios éticos, etc.
Declaração de Havana (2012)	<ul style="list-style-type: none"> • Retoma aspectos chaves do ponto de vista conceitual, filosófico e propositivo de Declarações anteriores, reafirmando compromissos de ações práticas a partir da perspectiva do trabalho colaborativo e da criação de redes para o crescimento da competência em informação em países ibero-americanos, definição de lições aprendidas e de perspectivas sobre o tema. 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de habilidades que atendam às necessidades sociais concretas de informação, com diagnósticos e avaliação de linhas de ação. • Respeito às particularidades dos usuários da informação e reconhecimento como uma formação transversal fundamental.
Manifesto de Florianópolis (2013)	<ul style="list-style-type: none"> • Compreende a competência em informação como direito fundamental da pessoa humana, chamando à mobilização da sociedade civil organizada e dos órgãos governamentais para a sua integração às ações de democracia e exercício pleno da cidadania; • Considera a urgente necessidade de reavaliação de políticas voltadas às populações vulneráveis/minorias, especialmente no que tange às questões que envolvem o acesso e uso da informação para a construção de 	<ul style="list-style-type: none"> • Atuação direta de movimentos sociais junto ao poder público visando estabelecer políticas públicas. • Monitoramento do ambiente de informação no contexto nacional, por meio de observatórios e de ações de intercâmbio/interlocução com os órgãos governamentais. • Criação de legislação específica e capacitação de funcionários públicos e docentes, para atender às demandas

	conhecimento, identidade e autonomia, a fim de permitir a sua efetiva inclusão social.	informativos locais, em especial, de populações vulneráveis.
Declaração de Paris (UNESCO, 2014)	<ul style="list-style-type: none"> • A competência em mídia e informação deve ser considerada um facilitador dos direitos humanos, uma vez que o acesso à informação e a participação são princípios fundamentais da sociedade contemporânea. • Conceito abrange todas as mídias e envolve a habilidade de combinar uma gama de habilidades para fazer uso da informação e da mídia e alcançar objetivos relacionados ao crescimento individual e desafios sociais. • Promover inclusão, pensamento crítico e reflexivo sobre mídias e sistemas de informação, conhecimento, habilidades e atitudes críticas em relação à informação, além de mecanismo para acesso, criação e inovação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem de questões de acesso, privacidade, proteção e segurança, uso ético da informação, mídia e tecnologia, em consonância com os direitos humanos. • Reconhecimento do papel da em relação à diversidade cultural, ao diálogo intercultural e inter-religioso. • Criação de conteúdo e recursos educacionais abertos. • Políticas e estratégias compartilhadas e cooperativas entre os campos educacional, cultural, econômico e tecnológico para diminuir desigualdades, principalmente para pessoas com deficiência e indígenas.
Declaração de Riga (UNESCO, 2016)	<ul style="list-style-type: none"> • Reafirma Declarações anteriores e embasa o desenvolvimento sustentável, buscando a liberdade de expressão, liberdade de imprensa, acesso à informação, o direito à informação e o direito à privacidade como um passo necessário para um desenvolvimento crítico, centrado nas pessoas e nos processos sustentáveis. • Indispensável para um processo crítico que emancipa e envolve as pessoas como cidadãos globais, apoiando o crescimento econômico e o bem-estar dos indivíduos, promoção da tolerância e do engajamento nas questões públicas. • Capacita sociedades ante ao uso indevido de informações, desinformação, discurso de ódio e incitação à violência. • Combate o discurso de ódio, <i>cyber-mobbing</i> e <i>cyberbullying</i> e da promoção da privacidade e da segurança digitais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisas a fim de abordar questões atuais, como comunicações sobre migração forçada, radicalização violenta, discurso de ódio, aquecimento global, novas guerras de propaganda, discriminação de gênero e ciber-assédio, privacidade e segurança informacional. • Apoio e promoção da liberdade acadêmica e da liberdade de expressão artística, cultural, jornalística e de mídia. • Debates inter-geracionais e recursos adaptados às necessidades de pessoas com deficiência. • Envolvimento de todos os atores para garantia de acesso a informações confiáveis e de qualidade garantida e estímulo à avaliação crítica e reflexiva das informações.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

É possível observar que houve uma evolução nos principais marcos políticos de competência em informação, partindo da simples conceituação e delimitação do seu escopo, passando pela inclusão da temática em contextos de educação formal e não formal, definição de indicadores e métricas de avaliação dos programas em competência em informação, até o enfrentamento de questões e problemas sociais complexos e diversos, por meio de recomendação de programas interdisciplinares. Esses programas devem abordar questões contemporâneas complexas, tais como aquecimento global, a segurança e privacidade de dados, o discurso do ódio, a desinformação, a inclusão de pessoas com deficiência e de grupos indígenas na sociedade do conhecimento, imigrações forçadas e a intolerância religiosa, nas políticas e programas sobre competência em informação. Também o desenvolvimento da competência em informação perpassa a abordagem interdisciplinar, quando se considera que

ela é meta-prática relevante para a aprendizagem em todos os contextos (LLOYD, 2010) e visa à sustentabilidade como, por exemplo, o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 (BELLUZZO, 2019). Ademais, Whitworth (2014), citando Simmons (2005), advoga o seu desenvolvimento incorporado às diferentes culturas disciplinares no ensino superior, sob o argumento de que é necessário ensinar o seu conteúdo em contextos específicos e não de maneira genérica.

4. Considerações finais

O presente artigo buscou levantar a reflexão sobre a vocação interdisciplinar da inovação social e da competência em informação, ressaltando similaridades nas matrizes disciplinares das duas disciplinas, já que ambas visam fornecer instrumentos para a resolução de problemas contemporâneos complexos, capacitando e emancipando os indivíduos para desempenharem um papel de protagonismo informado, democrático e cidadão na sociedade da informação e do conhecimento, contribuindo para a transformação do tecido social.

Vale ressaltar também que a inovação social é interdisciplinar por sua matriz de desenvolvimento e evolução social, o que permite sua aplicação em diversas questões contemporâneas para a transformação social, conjugando e coordenando saberes provenientes de diversas áreas disciplinares, notadamente, o desenvolvimento urbano e regional, a administração pública e a implementação de políticas públicas, psicologia social, economia, política e gestão social. Chega-se mesmo a se considerar a inovação social como sendo o próprio conhecimento intangível incorporado a pessoas ou aplicados em situações que envolvam a satisfação de necessidades sociais e a evolução social.

Também a competência em informação pode ser abordada do ponto de vista interdisciplinar, pois ela se fundamenta em teorias de aprendizagem oriundas da Educação e da Psicologia Cognitiva. Ademais, a competência em informação tem sido considerada cerne da aprendizagem ao longo da vida e ferramenta essencial para o desenvolvimento sustentável de sociedades do conhecimento abertas, plurais, inclusivas e participativas, na medida em que seus principais marcos políticos reconhecem a necessidade de se desenvolvê-la por meio de políticas públicas amplas e interdisciplinares como estratégia para abordar questões atuais. A competência em informação emancipa o cidadão e o auxilia a pensar criticamente sobre as

relações de poder, assim como a refletir sobre seu papel na sociedade, uma vez que se constitui de meta-competência transversal essencial a ser desenvolvida em todos os contextos.

Feitas essas considerações, importa ressaltar que tanto a inovação social como a competência em informação revelam-se interdisciplinares, em razão de suas matrizes teóricas e da possibilidade de aplicação de ambas na busca pela inclusão e emancipação social. Como pesquisa futura, sugere-se a realização de revisão sistemática de literatura, para se verificar a correlação entre competência em informação e inovação social à luz da interdisciplinaridade.

Referências

- ALBAGLI, Sarita. Conhecimento, inclusão social e desenvolvimento local. **Inclusão Social**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 17-22, 2006. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1514/1712>. Acesso em: 1 abr. 2021.
- ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. Informação, poder e política: a partir do sul, para além do sul. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia (Org.). **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 9-39.
- ALVARENGA, Augusta Thereza de *et al.* Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; SILVA NETO, Antônio J (Ed.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. Barueri: Manole, 2011, p. 3-68.
- ALVARENGA, Augusta Thereza de; SOMMERMAN, Américo; ALVAREZ, Aparecida Magali de Souza. Congressos internacionais sobre transdisciplinaridade: reflexões sobre emergências e convergências de idéias e ideais na direção de uma nova ciência moderna. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 9-29, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902005000300003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 19 mar. 2021.
- ANDRÉ, Isabel; ABREU, Alexandre. Dimensões e espaços da inovação social. **Finisterra**, [S. l.], v. 41, n. 81, p. 121-141, 2006. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1465>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- BEHRENS, Shirley. A conceptual analysis and historical overview of information literacy. **College and Research Libraries**, Chicago, v. 55, n. 4, p. 309-322, 1994. Disponível em: https://doi.org/10.5860/crl_55_04_309. Acesso em: 22 mar. 2021.
- BELLUZZO, Regina Celia Baptista. Transformação digital e competência em informação: reflexões sobre o enfoque da Agenda 2030 e dos objetivos de desenvolvimento sustentável. **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 3-30, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/26573>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BEPA, BUREAU OF EUROPEAN POLICY ADVISORS. **Empowering people, driving change**: social innovation in the European Union, Luxembourg: publications office of the European Union, 2010. Disponível em: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/4e23d6b8-5c0c-4d38-bd9d-3a202e6f1e81>. Acesso em: 13 abr. 2021.

BERNSTEIN, Jay Hillel. Disciplinarity and transdisciplinarity in the study of knowledge. **Informing Science**: the International Journal of an Emerging Transdiscipline, Santa Rosa, California, v. 17, p. 241-273, 2014. Disponível em: <http://www.inform.nu/Articles/Vol17/ISJv17p241-273Bernstein0681.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2021.

BERTIN, Patrícia Rocha Bello; LEITE, Fernando César Lima; PEREIRA, Fernando do Amaral. A informação em ciência e tecnologia como insumo para a inovação social: elementos para discussão. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2009, Bonito. **Anais...** Bonito: FEBAB, 2009. 11p. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/12143>. Acesso em: 16 fev. 2021.

BIGNETTI, Luiz Paulo. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 47, n. 1, p. 03-14, 2011. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/1040/235. Acesso em: 10 abr. 2021.

BURCHINAL, Lee G. **The communications revolution**: America's third century challenge. Texas: Texas A & M University Library's Centennial Academic Assembly, 1976. Disponível em: https://personalpages.manchester.ac.uk/staff/drew.whitworth/burchinal_the_communications_revolution.pdf. Acesso em: 18 mar. 2021.

CAJAIBA-SANTANA, Giovany. Social innovation: moving the field forward: a conceptual framework. **Technological Forecasting and Social Change**, [S. l.], v. 82, p. 42-51, fev. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2013.05.008>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CALLON, Michel. L'innovation sociale: quand l' économie redevient politique. *In*: KLEIN, Juan-Luis; HARRISSON, Denis (Org.). **L'innovation sociale**: émergence et effets sur la transformation des sociétés. Québec: Presse Universitaires du Québec, 2007, p. 17-42.

CANIVENC, Suzy. **L'autogestion dans la société de l'information québécoise**. Montréal: Centre de Recherche sur Innovations Sociales (CRISES), 2012.

CLEMMENSEN, Torkil; KAPTELININ, Victor; NARDI, Bonnie. Making HCI theory work: An analysis of the use of activity theory in HCI research. **Behaviour & Information Technology**, Londres, v. 35, n. 8, p. 608-627, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0144929X.2016.1175507?journalCode=tbit20>. Acesso em: 14 abr. 2021.

CLOUTIER, Julie. **Qu'est-ce que l'innovation sociale?** Montréal: Centre de Recherche sur Innovations Sociales (CRISES), 2003.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. Considerações sobre a interdisciplinaridade. *In: PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo et al. (Ed.). A interdisciplinaridade em ciências ambientais*. São Paulo: Signus, 2000, p. 52-70.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; CASTRO JUNIOR, Orlando Vieira de. Perspectivas sobre competência em informação: diálogos possíveis. *Ciência da Informação*, [S. l.], v. 47, n. 2, p.35-51, mai./ago. 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4156/3792>. Acesso em: 21 mar. 2021.

DAGNINO, Renato. Ciência e tecnologia para o desenvolvimento local: uma proposta transformadora. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, Ano VIII, n. 14, p. 43-52, jul 2006. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/6/6>. Acesso em: 26 mar. 2021.

DE MURO, Pasquale *et al.* Organisations de la société civile, innovation sociale et gouvernance de la lutte contre la pauvreté dans le Tiers-Monde. *Mondes en Développement*, Nancy, França, v. 35, 2007/3, n. 139, p. 25-42, 2007. Disponível em: https://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=MED&ID_NUMPUBLIE=MED_139&ID_ARTICLE=MED_139_0025#. Acesso em: 10 abr. 2021.

DECLARAÇÃO DE HAVANA: 15 ações de competência em informação/ ALFIN por um trabalho colaborativo e de criação de redes para o crescimento da competência em informação no contexto dos países ibero-americanos. 2012. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/Declaration/Compet.Declara-de-Havana.2012.Portu-Brasil.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

DECLARAÇÃO DE MACEIÓ sobre a competência informacional. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 24., 2011. Maceió: FEBAB; IBICT; UnB, 2011. Disponível em: http://febab.org.br/declaracao_maceio.pdf. Acesso em: 29 mar. 2021.

DOMINGUES, Ivan. Em busca do método. *In: DOMINGUES, Ivan (Org.). Conhecimento e transdisciplinaridade II: aspectos metodológicos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005, p. 17-40.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. *Ciência da Informação*, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr., 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652003000100003>. Acesso em: 20 mar. 2021.

EDWARDS-SCHACHTER, Mónica; WALLACE, Matthew L. ‘Shaken, but not stirred’: Sixty years of defining social innovation. *Technological Forecasting and Social Change*, [S. l.], v. 119, p. 64-79, jun., 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0040162517303347>. Acesso em: 10 abr. 2021.

ENGSTRÖM, Yrjö; MIETTINEN, Reijo. Introduction. *In: ENGSTRÖM, Yrjö; MIETTINEN, Reijo; PUNAMÄKI, Raija-Leena (Ed.). Perspectives on activity theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 1-16.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HALL, Hazel; CRUICKSHANK, Peter; RYAN, Bruce. Exploring information literacy through the lens of Activity Theory. *In: KURBANOĞLU, Serap et al. (Ed.). **Information literacy in the workplace**: 5th European conference, ECIL 2017, Saint Malo France, September 18-21, 2017, Revised Selected Papers.* Cham: Springer, 2018, p. 803-812.

HAMELINK, Cees. An alternative to news. **Journal of Communication**, [S. l.], v. 26, n. 4, p. 120-123, dez. 1976. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1460-2466.1976.tb01947.x>. Acesso em: 18 abr. 2021.

HARRISSON, Denis; KLEIN, Juan-Luis. Introduction. *In: KLEIN, Juan-Luis; HARRISSON, Denis (Org.). **L'innovation sociale**: émergence et effets sur la transformation des sociétés.* Québec: Presse Universitaires du Québec, 2007, p.1-14.

HOWALDT, Jürgen; DOMANSKI, Dmitri; KALETKA, Christoph. Social innovation: towards a new innovation paradigm. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 17, n. 6, p. 20-44, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-69712016/administracao.v17n6p20-44>. Acesso em: 10 abr. 2021.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Beacons of the information society**: the Alexandria proclamation on information literacy and lifelong learning, 2005. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000144820>. Acesso em: 29 mar. 2021.

LAVE, Jean; WENGER, Etienne. **Situated learning**: legitimate peripheral participation. 30 reimp. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Olhar de professor**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 309-335, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/684/68422128007.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2021.

LIMBERG, Louise; SUNDIN, Olof; TALJA, Sanna. Three theoretical perspectives on information literacy. **Human IT: Journal for Information Technology Studies as a Human Science**, Borås, Suécia, v. 11, n. 2, p. 93-130, 2012. Disponível em: <https://humanit.hb.se/article/download/69/51>. Acesso em: 22 mar. 2021.

LLOYD, Annemaree. **Information literacy landscapes**: information literacy in education, workplace and everyday contexts. Oxford: Chandos, 2010.

LOMBARD, Emmet. **Pursuing information literacy**: roles and relationships. Oxford: Chandos, 2010.

MACKEY, Thomas P.; JACOBSON, Trudi E. **Metaliteracy**: reinventing information literacy to empower learners. Chicago: Neal-Schuman/ American Library Association, 2014.

MACKEY, Thomas P.; JACOBSON, Trudi E. Reframing information literacy as a metaliteracy. **College & Research Libraries**, Chicago, v. 72, p. 62-78, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5860/crl-76r1>. Acesso em: 21 mar. 2021.

MANIFESTO DE FLORIANÓPOLIS sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 25., 2013. Florianópolis: FEBAB;

IBICT; UnB; UNESP, 2013. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4554>. Acesso em: 23 mar. 2021.

MOULAERT, Frank *et al.* (Ed.). **Social innovation as a trigger for transformations: the role of research**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2017.

MOULAERT, Frank *et al.* Towards alternative model(s) of local innovation. **Urban Studies**, [S. l.], v. 42, n. 11, p. 1969-1990, 2005. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1080/00420980500279893>. Acesso em: 13 fev. 2021.

MOULAERT, Frank; MACCALLUM, Diana; HILLIER, Jean. Social innovation: intuition, precept, concept, theory and practice. In: MOULAERT, Frank *et al.* (Ed.). **The International Handbook of Social Innovation: collective action, social learning and transdisciplinary research**. Cheltenham: Edward Elgar, 2014, p. 13-24.

NICOLESCU, Basarab. **O manifesto da transdisciplinaridade**. 3. ed. São Paulo: Triom, 2018

NORGAARD, Rolf. Writing information literacy: contributions to a concept. **Reference & User Services Quarterly**, Chicago, v. 43, n. 2, p. 124-130, 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20864155?seq=1>. Acesso em: 17 mar. 2021.

OLIVEIRA, Jeferson Gonçalves de. **Sistemas de informação em saúde: do pensamento complexo à inovação social**. 2019. 179 f. Tese (Doutorado em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento) – Faculdade de Ciências Empresariais. Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 2019.

OWUSU-ANSAH, Edward K. Debating definitions of information literacy: enough is enough! **Library Review**, [S. l.], v. 54, n. 6, p. 366-374, 2005. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/00242530510605494/full/html>. Acesso em: 18 fev. 2021.

PHILLIPS, Wendy *et al.* Social innovation and social entrepreneurship: a systematic review. **Group & Organization Management**, [S. l.], v. 40, p. 428-461, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1059601114560063>. Acesso em: 20 mar. 2021.

PINTO, Maria; CORDÓN, José Antonio; DÍAZ, Raquel Gómez. Thirty years of information literacy (1977-2007): a terminological, conceptual and statistical analysis. **Journal of Librarianship and Information Science**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 3-19, mar. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0961000609345091>. Acesso em: 3 abr. 2021.

PINTO, Vitor Afonso *et al.* Interdisciplinarity in data science over big data: findings for mining industry. **Informação & Sociedade: Estudos**, [S. l.], v. 29, n. 4, p. 61-74, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/47536>. Acesso em: 19 mar. 2021.

QUEROL, Marco Antonio Pereira; CASSANDRE, Marcio Pascoal; BULGACOV, Yára Lúcia Mazziotti. Teoria da atividade: contribuições conceituais e metodológicas para o estudo da aprendizagem organizacional. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 21, n. 2, p. 405-416, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-530X2014000200013&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 4 abr. 2021.

- RIGHETTO, Guilherme Goulart; VITORINO, Elizete Vieira. A competência em informação como movimento de inovação social. **Investigación Bibliotecológica**, Cidade do México, v. 34, n. 82, p. 29-52, jan./mar., 2020. Disponível em: <http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/download/58080/52031>. Acesso em: 9 abr. 2021.
- ROMA, Júlio César. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 33-39, jan., 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100011>. Acesso em: 13 abr. 2021.
- SAMPLE, Angela. Historical development of definitions of information literacy: a literature review of selected resources. **The Journal of Academic Librarianship**, [S. l.], v. 46, n. 2, mar., 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2020.102116>. Acesso em: 21 mar. 2021.
- SANTOS, Ana Clarissa Matte Zanardo dos. **O desenvolvimento da inovação social: inibidores e facilitadores do processo: o caso de um projeto piloto da ONG parceiros voluntários**. 2012. 222 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, São Leopoldo, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3234>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- SOMMERMAN, Américo. **Inter ou transdisciplinaridade: da fragmentação disciplinar ao novo diálogo entre saberes**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2008.
- TAYLOR, James B. Introducing Social Innovation. **The Journal of Applied Behavioral Science**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 69-77, 1970. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/002188637000600104>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- TEPSIE – THEORETICAL, EMPIRICAL AND POLICY FOUNDATIONS FOR SOCIAL INNOVATION IN EUROPE. **Final Report Summary**, 2014. Disponível em: <https://cordis.europa.eu/project/id/290771/reporting>. Acesso em: 21 jan. 2021.
- TEWELL, Eamon. A decade of critical information literacy: a review of the literature. **Communications in Information Literacy**, Buffalo, v. 9, n. 1, p. 24-43, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.15760/comminfolit.2015.9.1.174>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- TUOMI-GRÖHN, Terttu. Developmental transfer as a goal of internship in practical nursing. In: TUOMI-GRÖHN, Terttu; ENGSTRÖM, Yrjö (Ed.). **Between school and work: new perspectives on transfer and boundary-crossing**. Bingley: Emerald: European Association for Learning and Instruction, 2003, p. 199-231.
- UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Riga recommendations on media and information literacy in a shifting media and information landscape**. Riga, 2016. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/Events/riga_recommendations_on_media_and_information_literacy.pdf. Acesso em: 21 mar. 2021.
- UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Paris Declaration on media and information literacy in the digital era**. Paris, 2014. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/In_Focus/paris_mil_declaration_final.pdf. Acesso em: 21 mar. 2021.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Conceptual relationship of information literacy and media literacy in knowledge societies**, 2013. Disponível em: http://www.observatorioabaco.es/biblioteca/docs/371_UNESCO_INFORMATIONLITERACY_2013.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Fez declaration on media and information literacy**. Fez, 2011. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/news/Fez%20Declaration.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2021.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Prague declaration towards an information literate society**. Praga, 2003. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/PragueDeclaration.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2021.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION; INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **The Moscow declaration on media and information literacy**. Moscou, 2012. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/In_Focus/Moscow_Declaration_on_MIL_eng.pdf. Acesso em: 29 mar. 2021.

VAN DER HAVE, Robert P.; RUBALCABA, Luis. Social innovation research: an emerging area of innovation studies? **Research Policy**, [S. l.], v. 45, n. 9, p. 1923-1935, nov., 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.respol.2016.06.010>. Acesso em: 10 abr. 2021.

VIRKUS, Sirje. Information literacy in Europe: a literature review. **Information Research**, Borås, Suécia, v. 8, n. 4, 2003. Disponível em: <http://informationr.net/ir/8-4/paper159.html>. Acesso em: 21 mar. 2021.

WARD, Dane. Revisioning information literacy for lifelong meaning. **The Journal of Academic Librarianship**, [S. l.], v. 32, n. 4, p. 396-402, 2006. Disponível em: <http://ir.library.illinoisstate.edu/fpml/38>. Acesso em: 23 mar. 2021.

WENGER, Etienne. **Communities of practice: learning, meaning and identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

WHITWORTH, Andrew. **Radical information literacy: reclaiming the political heart of the IL movement**. Oxford: Chandos, 2014.

ZURKOWSKI, Paul G. The information service environment relationships and priorities. **Related Paper**, n. 5, Nov. 1974. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=ED100391>. Acesso em: 18 fev. 2021.

Artigo submetido em: 16 set. 2021

Artigo aceito em: 16 maio 2022